

Possíveis Relações entre Empreendedorismo
Social, Organização - (Des)Organização -
(Re)Organização e Inovações Sociais

Relations Between Social Entrepreneurship,
Organization - (Des)Organization - (Re)Organization
and Social Innovations - What Would It Be?

Luis Carlos Zucatto

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Brasil. E-mail: luiszucatto@gmail.com

Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo, vol. 4, n. 1 p. 7-23, Jan.-Jun. 2017 - ISSN 2359-3539

DOI: <https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v4n1p7-23>

Endereço correspondente / Correspondence address

Luis Carlos Zucatto

Avenida Independência, 3751 - Bairro Vista Alegre -

Palmeira das Missões/RS - CEP: 98.300-000

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

O objetivo deste Ensaio Teórico é discutir as possíveis relações entre o Empreendedorismo Social, o processo de Organização, (Des)Organização e (Re)Organização, que pode desencadear Inovações Sociais. Na discussão, se estabelecem as abordagens conceituais de cada uma dessas temáticas e, especialmente quanto à Organização, se trabalha na perspectiva do processo, sob a orientação e Deleuze e Guattari (1995). No que tange ao Caminho Metodológico, dada a natureza do estudo, não se estabelece uma seção específica com esta finalidade, mas se desenvolve uma revisão bibliográfica e se encadeiam as discussões de acordo com o objetivo proposto. As evidências do estudo apontam para o potencial do Empreendedorismo Social gerar Inovações Sociais, que são promovidas numa perspectiva de Re(organizar) situações deficitárias, especialmente no campo social, onde Estado e o mercado não têm alcance efetivo por falta de recursos ou mesmo de interesse.

Palavras-Chave: Inovação Social, Empreendedorismo Social, Processo, Organização

Abstract

This Theoretical Essay aims to discuss the possible relationships between Social Entrepreneurship, the Organization Process, (Des)Organization and (Re)Organization, which can trigger Social Innovations. In the discussion, the conceptual approaches of each of these themes are established and, especially in relation to the Organization, one works on the perspective of the process, under the guidance of Deleuze and Guattari (1995). Regarding the Methodological Path, given the nature of the study, a specific section is not established for this purpose, but a bibliographic review is developed and the discussions are chained according to the proposed objective. The evidence of the study points to the potential of Social Entrepreneurship to generate Social Innovations, which are promoted in a perspective of Re (organize) precariousness situations, especially in the social field, where State and the market have no effective reach due to lack of resources or even of interest.

Keywords: Social Innovation, Social Entrepreneurship, Process, Organization

Introdução

Por se tratar de um estudo de natureza teórica, seu formato foge um pouco do ordenamento tradicional das seções observadas nas publicações, o que não se constitui, em absoluto, como rebeldia acadêmica.

Este ensaio teórico parte de alguns questionamentos: o que pode levar à mudança em uma dada situação? Quem seriam os agentes da mudança? Como e por que se dá essa mudança? Por que alguns sujeitos se envolvem em causas que não tenham como objetivo somente sua promoção pessoal, ou melhoria de sua condição socioeconômica, mas se comprometem com questões que sejam de alcance coletivo e que visem a melhorias das condições de vida daqueles indivíduos que, talvez, sozinhos não seriam capazes de se auto organizar? Por quê? Na tentativa de construir a resposta aos questionamentos, se estabelece como objetivo discutir a possível relação entre empreendedorismo social e o processo de organização, tendo como resultado a inovação social. A organização, aqui, é tratada enquanto ato de organizar, (re)organizar e não sob o enfoque que, tradicionalmente, os Estudos Organizacionais trabalham, definindo-a como sinônimo de empresa (Solé, 2003).

Não se pretende construir um argumento fora do convencional pelo simples fato de fazer algo diferente (diferente, tendo como parâmetro de comparação o viés do *mainstream*, abordagem econômica da firma, que é como os economistas denominam a empresa), mas porque se visa a mostrar que o processo de organização pode ser o caminho para a construção de alternativas a significativo número de demandas sociais. Por outro lado, ao tratar dos temas do empreendedorismo social e inovação social, não se adota uma perspectiva travestida do viés hegemônico, mas se procura deslindar seus significados, assim como se pretende desvincular o uso dessas abordagens de pretensa lógica tecno-econômica.

Contudo, na discussão também se trata de empreendedorismo e inovação a partir das abordagens estabelecidas no *mainstream*, antes de introduzir as discussões sobre empreendedorismo social e inovação social, nas respectivas seções. Essa construção teórica se dá para que a diferença entre uma e outra abordagem se explicita. Além disso, se pretende provocar à reflexão para avançar em relação às abordagens tradicionais, e recorrentemente, feitas.

Com isto, se visa a ampliar o prisma de análise dessas temáticas e trabalhar em uma perspectiva que possa estabelecer um novo olhar, com outra finalidade, quando se fala em empreendedorismo e inovação. De forma geral, os conceitos de empreendedorismo de negócios e empreendedorismo social, tratam de características semelhantes, porém com objetivos distintos. Porém é necessário construir um divisor de águas, para que essas águas não pareçam as mesmas. Da mesma forma, a inovação e inovação social, ao representar a mudança de uma situação, superação de

um paradigma por outro, significa a transformação de uma realidade, sendo que na primeira situação se trata da inovação com objetivo estritamente econômico, enquanto na segunda o foco é o social, e é mais amplo, mais aberto e com possibilidades de múltiplas nuances.

E compreender a mudança, que não se dá de maneira pontual ou em ‘saltos,’ com intervalos, mas de forma contínua, remete à necessidade de entendimento de que mudança é processo – contínuo, fluido. Para tanto, a concepção filosófica de processo pode se tornar o apoio adequado para a compreensão da mudança e, nesta perspectiva, se recorre à lógica desenvolvida por Cooper (1976), enquanto um processo de organização → (des)organização → (re)organização → organização.... O processo não é linear, como a representação aqui elaborada. Esta representação visa a evidenciar que o processo é contínuo, permanente, e que a organização pode estar dentro da (des) organização e esta na primeira, pois ambas, por serem processo contínuo, permanente, são parciais e tampouco haveria uma constituição hierárquica. O processo é ciclo, desintegração da estrutura → imersão temporária no processo → a realização da estrutura mais nova e criativa, o processo como maneira de mudar a estrutura. Porém não há plena organização e, tampouco, completa (des)organização. Nesta perspectiva o sujeito, empreendedor social intervém na realidade com a finalidade de transformá-la e não o faz de forma isolada, mas mobiliza forças internas e externas ao grupo social em que, e pelo qual, age. A transformação, processo de (re)organização pode resultar em melhores condições de vida, uma nova e melhorada situação, que pode ser concebida como uma inovação social.

Este ensaio teórico, além dessa introdução, é composto de mais quatro tópicos: o próximo, que trata da Organização – (Des)organização – (Re)organização, sob a lógica do processo; na sequência, discutem-se empreendedorismo e empreendedorismo social, com ênfase às abordagens do empreendedorismo social; após, trata-se da inovação e inovação social, com destaque à inovação social; e, por fim, se trabalha na perspectiva de discutir a abordagem do empreendedorismo social como forma de organizar situações e grupos sociais, cujo resultado seria a inovação social.

1 Organização – (Des)Organização – (Re)Organização

Neste estudo, a organização é tratada enquanto processo de organizar – (des) organizar – (re)organizar e, nesta perspectiva, se caracteriza como “(. . .) relação entre velocidade e lentidão, sociabilidade, longitude e latitude, composição em constante re-composição” (Deleuze, 2002). A organização, conforme questiona Solé (2003), não poderia existir sem estar ordenada? Precisa a organização ser permanente, como condição *sine qua non* de sua existência ou reconhecimento? A organização não pode ser parcial e temporária, se (des)organizar e (re)organizar continuamente?

Na obra “*The Open Field*”, Cooper (1976) estabelece, de maneira seminal, a proposta de abordagem processual. Há, então, um avanço significativo em relação às abordagens que adotam a estrutura como um conceito central no estudo das organizações. Não se afirma, porém, que as abordagens estruturais tenham sido relegadas ou caído no esquecimento, não. O que se estabelece é um novo olhar, uma perspectiva diferente para os estudos organizacionais.

Para evidenciar a lógica de uma proposta – abordagem estrutural, e outra – abordagem processual, se apresenta a diferença entre ambas: “Estrutura é o padrão de relações invariantes entre pontos funcionais em um sistema, enquanto processo é a emergência contínua de novos elementos a partir daqueles existentes. Estrutura refere-se (a si própria) à estabilidade ou quase-estabilidade; processo, à mudança” (Cooper, 1976, p. 999). A estrutura é estática → padrão invariante; processo é dinâmico → mudança.

A maior parte dos métodos modernos para fazer proliferar séries ou para fazer crescer uma multiplicidade valem perfeitamente numa direção, por exemplo, linear, enquanto que uma unidade de totalização se afirma tanto mais numa outra dimensão, a de um círculo ou de um ciclo. Toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação (Deleuze & Guatari, 1995, p. 15).

Deste ponto, avança-se para a concepção de processo.

Processo é o avanço criativo de eventos, em um campo de intensivas relações, cujos principais termos são: *Avanço criativo* – processo de tornar a ação entre ser e fim, em negócios humanos, realizados por meio de ações não-estruturadas, conexões casuais, projeção; e, *relações intensivas* – literalmente, relações em tensão. Intensidade é obtida por realizar e manter uma variedade de contrário, enquanto elimina incompatibilidades ou aqueles opostos poderiam cancelar-se mutuamente. O todo é um campo de processo em ordem tensa, não apenas mudança ou novidade, mas de *dança* das coisas (Cooper, 1976, p. 1011).

O processo organização – (des)organização – (re)organização não é pré-concebido, pré-elaborado, direcionado, determinado por fatores, mas fruto do acaso que

(. . .) é quando o inesperado acontece e pelo acaso o homem se encontra (comunga) com possibilidades; o acaso é o mecanismo pelo qual o homem amplia sua capacidade de crescer

espontaneamente, permite que a organização, tenha possibilidades de ação (Cooper, 1976, p. 1003).

O acaso é a possibilidade do não esperado acontecer (não esperado até o momento em que acontece). Estas possibilidades são como novas configurações, que não se dão de forma linear, mas podem assumir uma lógica rizomática (inspirada na botânica) que proporcionarão novos formatos, inesperados, em busca de nova ordem (Deleuze & Guatari, 1995).

Para entender a organização, é preciso compreender o processo a partir de sua análise, pois a organização é processo e se dá pelo processo. Este processo, porém, não tem um ponto de partida pré-definido ou estabelecido e pode ser desencadeado a partir tanto da (des)organização, quanto da (re)organização, como da própria organização. A (des)organização está dentro da organização, assim como esta está naquela, da mesma forma que a (re)organização. Entretanto, não é possível pensar a epistemologia do processo sem ter uma filosofia processual. Bergson (2006) propõe como que ‘caixas de ferramentas’ para a análise processual da vida, de um sistema complexo. Este autor também refuta o evolucionismo e na sua obra “Evolução Criadora”, propõe que a história da vida não é linear e tortuosa. “(. . .) a evolução produz um fluxo de linhas, um fluxo de direções e possibilidades”. Por outro lado, Cooper (1976), no *Open Field* oferece a possibilidade de discutir a organização enquanto processo e permite que se olhe a organização como algo ‘atípico’.

No *Open Field* se busca, primeiramente, desenvolver um entendimento processual do mundo, isto é, se estabelece uma visão de mundo enquanto processo e uma perspectiva, também, processual da ação humana (Cooper, 1976). Assim, no ciclo organização → (des)organização → (re)organização. Cooper, então, enfatiza que o processo organizacional organiza a vida social dentro desta e sem entidades organizacionais (Thanem, 2001).

Para entender a organização é preciso entender o processo que reside nos limites (fronteiras) e não focar apenas no funcionamento do sistema (organização). E ter como pressuposto que a “(. . .) organização é a apropriação da ordem em meio à desordem” (Cooper, 1986, p. 328). Por isso um processo de ordenamento é, inevitavelmente, um processo de (des)ordenamento e (re)ordenamento contínuos. Ordem e desordem têm que ser tomadas juntas (Munro, 2003). Para entender o processo torna-se necessário compreender que este se localiza no limite/fronteira da organização, e não somente entender o funcionamento interno da organização, assim como a mudança está no sujeito e fora dele. Nesta perspectiva, a organização ao transpor o limite abre-se para o ambiente que pode ser estranho e, então, expõe-se a incertezas que emergem de desordens múltiplas e novos (re)ordenamentos. A situação de (des)ordem ou (des) organização não pode perdurar ininterruptamente, sendo necessária (e possível) a

(re)organização ou um (re)ordenamento, que pode ser obtido através de um processo desencadeado por determinados agentes: os empreendedores.

2 Empreendedorismo: Avançando-se da Visão Tradicional para o Empreendedorismo Social

O campo de estudos do empreendedorismo serve-se de diversas áreas do conhecimento e parece não haver, ainda, um conceito que seja de consenso sobre o tema. A perspectiva que se utiliza com maior frequência, ao se falar sobre o empreendedorismo, é a econômica. Nesta lógica, o empreendedorismo é visto como atividade que promove a inovação e provoca descontinuidades/rupturas, através da inserção de novos produtos, utilização de novas fontes de matérias primas, desenvolvimento de novos processos, abertura de novos mercados, novas formas organizacionais, transformando-se no 'motor econômico' da sociedade (Schumpeter, 1984). Ainda na abordagem econômica, o empreendedor é tido como alguém que está alerta a oportunidades de lucros e prospecta ocasiões para potencializá-los, enxergando possibilidades onde outros não percebem.

Com objetivos distintos daqueles de Schumpeter, pesquisadores comportamentalistas (entre os quais, psicólogos e sociólogos) interessaram-se pelo empreendedorismo, concentrando seus estudos nos aspectos criativo e intuitivo dos agentes (Filion, 1999; Lévesque, 2004).

De maneira geral, as características empreendedoras que o sujeito traz em si, ou desenvolve, podem estar associadas ao contexto em que este está inserido e ao conjunto de crenças e valores que são compartilhados, influenciando suas escolhas e atitudes. Pesquisas empíricas evidenciam que sujeitos empreendedores sentem necessidade de realização. Esta característica derivaria de motivações sociais (McClelland, 1972).

Entretanto, as características pessoais do empreendedor e o contexto não são suficientes para explicar ou determinar desdobramentos do processo de empreender (Bouchikhi, 1993). Nesta lógica, eventuais êxitos obtidos de forma isolada pelas abordagens comportamentalista e econômica no estudo do empreendedorismo demandam uma perspectiva ampla, que alguns pesquisadores caracterizam como construtivista, na qual o pressuposto da utilização de diversas variáveis, articuladas de forma sistêmica e complexa, não como simples relação de causa e efeito podem oferecer subsídios melhor articulados e mais consistentes na compreensão do empreendedor (e suas razões) (Bouchiki, 1993; Solymossy & Hisrich, 2000).

Contudo, a partir das últimas décadas, outra lógica, distinta do enfoque econômico e voltada às questões sociais, emerge como uma nova perspectiva associada ao empreendedorismo, caracterizada como empreendedorismo social (Peredo & McLean, 2006; Murphy & Coombes, 2009). Quanto às principais diferenças entre o

empreendedorismo social e o empreendedorismo da visão tecno-econômica, Austin et al. (2006) identificam quatro diferenças fundamentais: a natureza de oportunidades emergentes; diferenças na missão; diferenças na mobilização e gestão de recursos; e, especialmente pela missão social. Sobre a missão social, Dacin et al. (2011) defendem que seria a criação de valor social, a qual se constitui em condição *sine qua non* para o empreendedorismo social. Ainda, Hogendoorn (2016), defende que apesar de eventuais lacunas acerca do conceito de empreendedorismo social, há o consenso sobre a criação de valor social, primariamente servindo a uma missão social.

Na visão de Grimmes et al. (2013), o empreendedorismo social ainda é um fenômeno pouco estudado e compreendido “pobrememente”, além de que há equívocos em relação ao entendimento sobre as motivações para a emergência do empreendedorismo social. Já, Terjesen (2017), no *Social Entrepreneurship Amongst Women and Men in the United States Report*, constata que o empreendedorismo social cresce, de maneira significativa, entre partes interessadas que inclui governos, formuladores de políticas públicas, profissionais, educadores e estudantes.

Bosma et al. (2016), ao analisarem uma seção especial do *Global Entrepreneurship Monitor Report 2015-2016*, dedicada ao empreendedorismo social, defendem que este fenômeno é crescente em todo o mundo e as atividades a ele relacionadas são cada vez mais presentes na sociedade. Ainda, estes autores argumentam que se percebe a presença de empreendedores sociais na população em geral e suas iniciativas objetivam resolver problemas sociais. Nesta linha de pensamento, Terjesen (2017) destaca que o empreendedorismo social diz respeito às iniciativas de indivíduos que procuram resolver necessidades sociais e ambientais.

Na visão de Dees (2001), o empreendedorismo social caracteriza-se pela adoção de uma missão para que seja criado, e mantido, valor além das esferas econômica e privada; pela busca de oportunidades que possam auxiliar na realização dessa missão; pelo engajamento em processos de inovação (social), adaptação a novas realidades e aprendizado; por ações ousadas, que superem a restrição de recursos de toda natureza; e, pelo desenvolvimento de ações que possibilitem a obtenção dos meios necessários para a consecução da missão social.

Neste contexto, os empreendedores sociais são atores que mobilizam meios essenciais para a transformação de uma determinada realidade, e com cunho social, e seus objetivos primordiais remetem ao alcance da justiça social (Lévesque, 2004). O objetivo principal de iniciativas de caráter social é a mudança de uma realidade social deficitária. Há, também, aqueles que se envolvem em atividades voltadas à transformação de situações socialmente deficitárias, e quando houver transações produtos ou serviços, eventuais ganhos auferidos são utilizados em vista de alguma finalidade social, e a aspiração ao “lucro extraordinário” não faria parte dos objetivos desse tipo de ação.

O empreendedorismo social também está relacionado com a atuação de entidades não-governamentais, que complementarizam o papel do Estado e de empresas privadas, quando estes não conseguem dar respostas eficazes às demandas sociais (Weerawardena & Mort, 2006).

Para Choi e Majumdar (2014), o empreendedorismo social pode ser definido como um conceito-cluster, com vários sub conceitos que representam suas propriedades essenciais, quais sejam: a criação de valor social, o empreendedor social, a empresa social, a orientação do mercado, e a inovação social. É importante estabelecer um contraponto a essa proposição no que tange à orientação do mercado, pois uma das condições pelas quais emerge o empreendedorismo social é justamente pela não capacidade ou não interesse do mercado em atender determinadas demandas, como as do mundo do trabalho, por exemplo.

Para compreender as características dos empreendedores sociais, é importante entender também os aspectos do trabalhador nas atuais configurações de trabalho, que estão se transformando em função das mudanças tecnológicas, populacionais, tradicionais e outras, ou seja, devido a características específicas da pós-modernidade, e que, muitas vezes, estimulam indivíduos a investirem e se identificarem com o que é proposto pelo empreendedorismo social (Oliveira et al., 2016, p. 295).

A ação do empreendedor social possibilita a transformação de realidades deficitárias de grupos sociais, que podem resultar em melhorias das condições de vida, as quais podem ser concebidas como inovações sociais, pois são mudanças (para melhor) de situações, por meio da intervenção de sujeitos e/ou grupos sociais, órgão de governos (ou todos juntos), de forma que se enseje uma nova realidade. Esta perspectiva é abordada no próximo tópico, após uma breve contextualização da inovação a partir da perspectiva tradicional, avançando-se para a abordagem da inovação social.

3 Inovação: Da Visão Tradicional, Avançando para a Inovação Social

Enquanto tema de interesse de pesquisadores voltados à compreensão desse fenômeno que destrói (desorganiza) mercados estruturados em vista de produtos ou serviços e em substituição a estes cria (organiza) novos mercados, a inovação é um tema controverso, carecendo, apesar de vasta publicação acadêmico-científica, de consenso ou, pelo menos, de maior convergência quanto a sua definição.

Por ser um tema controverso, “(. . .) a complexidade do processo de inovação e as variações na forma como ele ocorre em diferentes tipos de empresas e indústrias fazem

que definições claras nem sempre sejam possíveis e que se tenha de adotar convenções” (OCDE, 2004, p. 54).

As inovações também são vistas como atividades dispendiosas e difíceis, porém se transformam em aspectos-chave para a sobrevivência e crescimento das empresas (Penrose, 2006). Além disso, as inovações potencializam a geração de lucros extras às empresas e o desenvolvimento de capacidades e competências, proporcionando vantagens competitivas às firmas inovadoras (Teece *et al.*, 1997; Eisenhardt & Martin, 2000; Zollo & Winter, 2002), podendo, ainda, ser transformadas em uma competência destruidora e criadora (Schumpeter, 1984; Tushman & Anderson, 1986) ou disruptiva (Christensen, 1997).

Com outro enfoque, pode-se tratar da inovação enquanto lógica de mudança de determinado *status quo*, pela ótica social. Nesta perspectiva, nos anos 80 emerge a concepção de inovação social como resultante de políticas sociais de ordenamento territorial, conceitualmente associada a processos institucionais de agentes detentores do poder (econômico). Esta associação conceitual, entretanto, é feita somente em seus períodos iniciais, porque posteriormente se desvincula totalmente desta lógica. Em última análise, este processo é desencadeado como oposição ao foco das inovações técnico-econômicas. O foco das inovações sociais são contextos – emprego, segurança social, territórios, qualificação da mão-de-obra, entre outros, que abordem realidades ou situações de vida de grupos sociais (André & Abreu, 2006).

Como características principais, na visão de Dro e Therace (2011), a inovação social por si própria gera, ou aumenta, o capital social e tem duas dimensões: a dimensão do processo (mobilização e participação dos atores) e a dimensão dos resultados (novas e melhoradas formas de ação colaborativa e novas estruturas de governança). Ainda na visão destes autores, ambas as dimensões são fortemente ligadas e a dimensão do processo é crítica para o êxito da inovação social enquanto resultado. Percebe-se, na proposição de Dro e Therace (2011), que a mobilização e participação dos atores é fundamental para que a inovação social seja exitosa.

Conceitualmente, as inovações sociais são tidas como um conjunto de iniciativas socioeconômicas que visam ao bem-estar dos sujeitos frente aos problemas sociais e que se originam de um novo encastramento entre o social e o econômico (Lévesque, 2004). Na inovação social, a relação entre social e econômico é diferente dessa mesma relação, quando considerada a inovação tecno-econômica. Na primeira, o que deve ser privilegiado é o social, condições de vida das pessoas (geralmente os menos favorecidos que são o foco da mudança), enquanto para a segunda o foco está no econômico.

A inovação social, ainda, é vista como novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar respostas satisfatórias para situações problemáticas e insatisfatórias (Rodrigues, 2006). Essa ideia remete à perspectiva de que um rearranjo nos papéis sociais pode (des)organizar o *status quo*, em vista de

um novo arranjo, (re)organização, diferente do primeiro e com vistas a mudar – para melhor, uma situação em que grupos sociais estejam com restrições nas condições de vida – moradia, emprego, saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, etc.

Outra perspectiva sobre a inovação social é que esta se dá como iniciativa de sujeitos, supondo atitudes críticas e desejos de mudar – ações deliberadas, intencionais e voluntárias – assumida, frequentemente, por uma minoria vanguardista. Nesta lógica, argumenta-se que a inovação social afronta o que está posto, instituído, desfazendo a tradição, ultrapassando o rotineiro e desafiando o poder (Comeau, 2004). A inovação social, então, pode emergir do seio do grupo social a ser beneficiado por esta e acontece por conta de que sujeitos desses grupos se mostram insatisfeitos com suas condições de vida e procuram mudá-la, assim como a daqueles que estão no mesmo grupo ou situação. Desta forma, a inovação social se caracteriza pela insatisfação social em relação às práticas tradicionais e, em contrapartida, são promovidas mudanças nas mesmas.

Já, Neumeier (2012) define a inovação social como mudanças de atitudes, de comportamentos de um grupo de pessoas unido por interesses afins, e que levam a novas maneiras de ações colaborativas dentro e fora do grupo. É importante destacar, nesta proposição dois aspectos: mudanças de atitudes e ações colaborativas que se alinham à proposição de Dro e Therace (2011), os quais defendem que a mobilização e participação dos atores é fundamental para que haja inovação social.

O Comissão Europeia, que é o órgão executivo da União Europeia, define a inovação social como “(. . .) novas ideias que atendam às necessidades sociais, criam relações sociais e formam novas colaborações. Essas inovações podem ser produtos, serviços ou modelos que atendam mais eficazmente a necessidades não satisfeitas. (2017, p. 1, tradução nossa). Por sua vez, o Centro para Inovação Social, da Standford Business, diz que: “Uma inovação social é uma solução inovadora, para um problema social, que é mais eficaz, eficiente e sustentável ou, pelo menos, tanto quanto as soluções atuais. O valor criado por essa inovação social é primeiramente direcionado à sociedade, não a indivíduos ou organizações em particular” (2017, s. p.).

É necessário enfatizar que as inovações sociais podem situar-se nos mais variados campos da sociedade: política, saúde, educação, habitação, segurança pública, cultura, economia, ética, tecnologia, etc. Por exemplo, manifestações políticas organizadas por grupos de e-mails são inovações sociais que perpassam os campos da tecnologia e da política. Quanto às demandas que fazem surgir inovações sociais, pode-se dizer que se no campo da inovação tecnológica o mercado conduz à inovação, enquanto que nas inovações sociais são as adversidades e situações de risco, aliadas às possibilidades de responder aos desafios, que as fomentam. Não é, contudo, tão simples a construção de bases com tal finalidade, pois para o engajamento em prol de causas que levem à inovação social, são demandados elevados níveis de consciência e politização. Desta forma, o conhecimento e saberes em geral constituem-se em recursos estratégicos para promover ou concretizar as inovações sociais (Zucatto & Evangelista, 2008).

A realidade empírica da inovação social mostra a presença quase constante de atores altamente qualificados que, pelo menos nas fases iniciais, fazem acontecer o processo. Outro meio essencial, para a promoção da inovação social, é o capital relacional, produzido pela proximidade geográfica e que pode decompor-se em relações diretas, correspondendo à escala local, implicando em relações pessoais e contatos diretos. Pode, também, decompor-se em relações sociais estabelecidas por quadros institucionais, com escalas regionais ou mesmo nacionais (André & Abreu, 2006).

No que tange aos agentes que promovem ou desencadeiam o processo de inovação social, estes estariam fora das instituições e frequentemente contra elas, resultando de mobilizações em torno de objetivos comuns e protagonizadas por movimentos sociais melhor estruturados ou organizados (André & Abreu, 2006). As inovações sociais, portanto, resultam da mobilização da sociedade civil ou como pressões desta em relação a situações de insatisfação quanto à realidade vivida.

4 Articulando o Empreendedorismo Social, a Organização - (Des)Organização - (Re)Organização e a Inovação Social

Situações ou realidades sociais deficitárias podem favorecer iniciativas de sujeitos que se constituam empreendedores, protagonizando o arranjo de recursos para transformar essas realidades. Como propõe Levésque (2004), empreendedores sociais mobilizam meios para a mudança em situações críticas e o que lhes move é o senso de uma missão social (Dacin et al., 2011), que levará à criação ou aumento do valor social, desencadeando, ou promovendo, a inovação social.

A situação a ser mudada pode ser uma questão de saúde, escolaridade, habitacional, de emprego, ambiental, mas que diga respeito a um grupo social menos favorecido e que pelo próprio grupo não tenha sido, ainda, possível a transformação daquela realidade. Além disso, as políticas públicas ou eventuais intervenções de 'firmas' não conseguiriam dar respostas satisfatórias ao problema a ser superado.

A situação a ser mudada pode ser uma questão de saúde, escolaridade, habitacional, de emprego, ambiental, mas que diga respeito a um grupo social menos favorecido e que pelo próprio grupo não tenha sido, ainda, possível a transformação daquela realidade. Além disso, as políticas públicas ou eventuais intervenções de 'firmas' não conseguiram dar respostas satisfatórias ao problema a ser superado.

Com base na perspectiva do processo de transformação de uma realidade social deficitária - (des) organização, pela ação do empreendedor social pode haver melhorias nesta realidade - (re)organização, redundando em uma situação satisfatória, ou melhorada - organização, que pode ser a inovação social. Obviamente, essa transformação carece de envolvimento de "n" atores, tanto daqueles que são o alvo da mudança quanto de atores que podem ser externos à realidade a ser transformada, mas

que se sintam motivados a agir em prol dessa transformação. Na Figura 1 se procura ilustrar essa perspectiva.

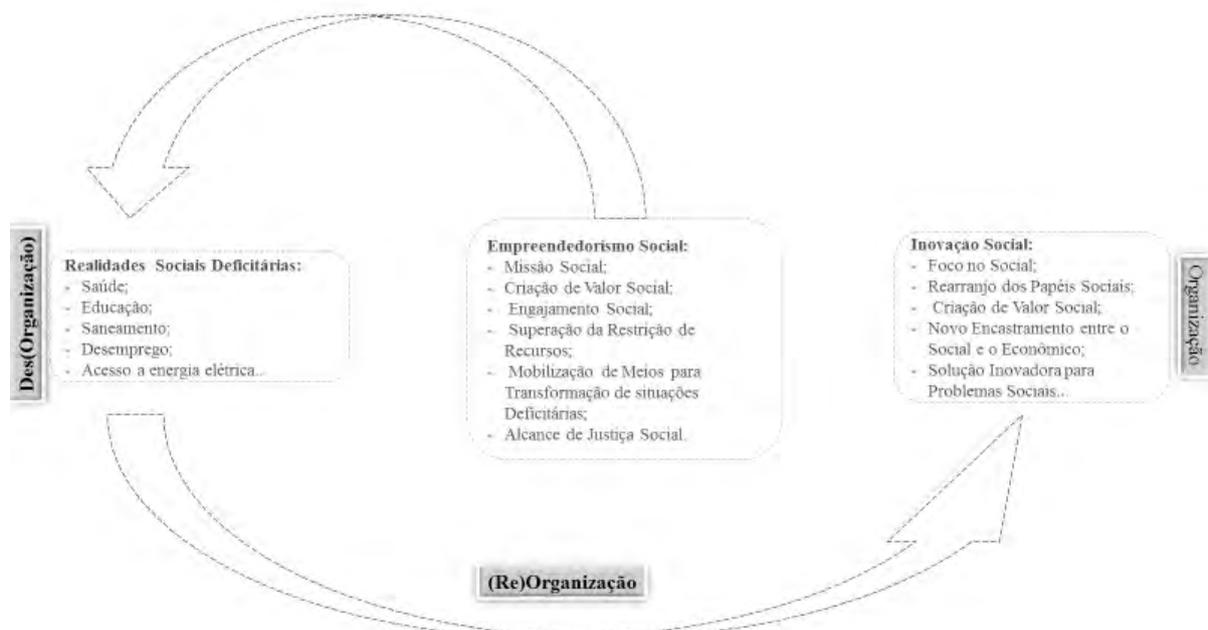


Figura 1. Processo de (Re)Organização promovida pelo Empreendedorismo Social .

Fonte: elaborada pelo autor (2017).

Como mostra a Figura 1, a situação inicial poderia ser considerada uma (des) organização. Como exemplo, cita-se uma realidade social de restrição de recursos ou outro tipo de situação social desfavorável, como o caso da subnutrição infantil. Esta (des)organização está no seio do organismo social, manifesta, nomeadamente, em camadas da população empobrecidas. Para Terjesen (2017), situações como esta podem ser consideradas como necessidades sociais. Para transformar problemáticas desta natureza, em que o Estado e o mercado não conseguem prover soluções satisfatórias, sujeitos movidos pelo senso de sua missão social (McClelland, 1972; Dees, 2001; Austin et al., 2006) se envolvem e passam a protagonizar a mudança, pelo engajamento social (Dees, 2001) e por meio da mobilização e gestão de recursos necessários se passa a uma nova realidade, superando-se a restrição de recursos, o que pode levar a um novo encastramento entre o social e o econômico (Levésque, 2004).

No exemplo da subnutrição infantil, houve o engajamento da Senhora Zilda Arns Neumann, médica pediatra e sanitarista (falecida em 2001 em Porto Príncipe, Haiti), que junto com a Pastoral da Criança disseminou o uso da farinha multimistura, como forma de combater a subnutrição infantil. A multimistura é um composto de farinhas e cereais, farelo de trigo e de arroz, pós de folhas verde-escuras, de sementes e de casca de ovo (Pastoral da Criança, 2000). As mães e gestantes, são orientadas a administrar a multimistura junto à alimentação diária. As mães, com seus filhos melhor nutridos e recuperando seu potencial de desenvolvimento, passam a uma melhor condição de saúde e também social, e há, então, um processo de (re)organização desses indivíduos

que, antes se encontravam numa séria problemática. E qual o valor social criado? A saúde e auto estima das pessoas, além de poderem promover esses ganhos com pouco ou nenhum dispêndio financeiro e melhorando a capacidade de articulação de atores antes dispersos e que, pelo ajuntamento de recursos (mesmo que parcos), conseguem dar uma resposta mais satisfatória a uma situação de severas restrições nas condições de saúde dessa camada da população.

Promove-se, então, um novo arranjo dos papéis sociais em que os indivíduos passam a ser sujeitos da mudança e a promoção dessa mudança, ao melhorar as condições de vida de um grupo social, leva à (re)organização do mesmo. Passa-se, então, a um novo estado/situação → organização. E esta não se dá de forma instantânea e tampouco em ‘saltos’, mas num *continuum*. Assim, a (re)organização → organização, se dá na perspectiva do processo. A organização se dá pelo processo, e é processo (Cooper, 1976). Neste processo a (des)organização passa para uma nova realidade/situação – (re)organização. O processo e o resultado são organização – (re) organização (inovação social). Importante, nessa abordagem, é que a filosofia processual permite compreender que processo e resultado não são dicotômicos, mas são um e outro: o primeiro, enquanto meio e o segundo enquanto fim.

O resultado, inovação social, cujo foco está no social (Andre & Abreu, 2006), contribui para, e é consequência do rearranjo dos papéis sociais (Rodrigues, 2006), de indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade e que passam a contribuir para a própria melhoria, mas que sem um start externo talvez não conseguissem. E, como já destacado, há a criação de valor social (Dees, 2001; Dacin et al., 2011; Hogendoorn, 2016), fruto de uma solução inovadora (Centro para Inovação Social, 2017) – farinha multimistura, para um problema social – subnutrição infantil.

Ao fechar este trabalho, propõe-se como conceito de empreendedorismo social: a ação ou iniciativa de sujeitos que se engajam, movidos pelo senso de sua missão social para intervir em problemáticas sociais, promovendo a melhoria dessas situações, pela mobilização de sujeitos e articulação de recursos, criando e aumentando o valor social.

E se propõe definir inovação social como a transformação de uma problemática social, com criação e/ou aumento do capital social e gerando valor social, promovida pela ação de sujeitos engajados, com base em ações colaborativas, em sua missão social e orientados por esta missão, levando a um novo encastramento entre o social e o econômico, rearranjando os papéis sociais e com novas formas de agir no social.

Referências

- André, I., & Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI, (81), 121-141.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? *Entrepreneurship, Theory & Practice*, 30(1), 1–22.
- Bergson, H. (2006). *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bosma, N. et al. (2016). Global Entrepreneurship Monitor 2015 to 2016: Special Topic Report on Social Entrepreneurship. Recuperado em 19 Julho 2017 de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2786949
- Bouchikhi, H. (1993). A constructivist framework for understanding entrepreneurship performance. *Organization Studies*, 14(4), 549-571.
- Center for Social Innovation. (2017). *Defining social innovation*. Recuperado em 02 Maio 2017 de <https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/centers-initiatives/csi/defining-social-innovation>
- Christensen, C. M. (1997). *The innovator's dilemma: when new technologies cause great firms to fail*. Boston, MA: Harvard Business School Press.
- Choi, N., & Majumdar, S. (2014). Social entrepreneurship as an essentially contested concept: Opening a new avenue for systematic future research. *Journal of Business Venturing*, 29(3), p. 363-376.
- Comeau, Y. (2004). Les contributions des sociologies de l'innovation à l'étude du changement social. *Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie. Actes du Colloque*. Cahiers du CRISES. Collection Études Théoriques, 29-44.
- Comissão Europeia. (2017). Social Innovation. Recuperado em 02 Maio 2017 de <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1022>
- Cooper, R. (1976). Open field. *Human Relations*, 29(11), 999-1017.
- Cooper, R. (1986). Organization/Disorganization. *Social Science Information*, 25(2), 299-335.
- Cooper, R. (2005). Relationality. *Organization Studies*, 26(11), 1689-1710.
- Dacin, M. T., Dacin, P., & Tracey, P. (2011). Social entrepreneurship: A critique and future directions. *Organization Science*, 22(5), 1203-1213.
- Dees, J. G (2001). The meaning of Social Entrepreneurship. Recuperado em 12 Fevereiro 2017 de www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf.
- Deleuze, G. (2002). *Espinoza*. Filosofia prática. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mil Platôs*. Recuperado em 15 Julho 2017 de <http://escolano-made.org/wp-content/downloads/deleuze-guattari-mil-platos-voll.pdf>
- Filion, L. J. (1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, 34(2), 05-28.

- Fundación Cotec para la Innovación Tecnológica. (2001). *Inovación y tecnología: ideas básicas*. Madrid; Fundación COTEC. 2001. Recuperado em 15 Abril 2017 de <http://www.cotec.es/>
- Grimes, M. G., et al. (2013). Studying the origins of social entrepreneurship: compassion and the role of embedded agency. *Academy of Management Review*, 38(3), 460-463.
- Hoogendoorn, B. (2016). The prevalence and determinants of social entrepreneurship at the macro level. *Journal of Small Business Management*, 54(1), 278-296.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2010). *Perspectivas do desenvolvimento brasileiro*. Recuperado em 15 Abril 2017 de http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/livro10_perspectivasdodesenvolvimento.pdf.
- Lévesque, B. (2004). Empreendedor coletivo e economia social: outra forma de empreender. *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, 1, 44-64.
- McClelland, D. C. (1972). *A Sociedade Competitiva: realização e progresso social*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Munro, R. (2003). Disorganization. In: Westwood, R. & Clegg, S. (Eds.) *Debating organization: point-counterpoint in Organization Studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 283-297.
- Murphy, P. J., & Coombes, S. M. (2009). A model of social entrepreneurial discovery. *Journal of Business Ethics*, 87, 325-336.
- Oliveira, I. R. et al. (2016). Empreendedorismo social, pós-modernidade e psicologia: compreendendo conceitos, atuações e contextos. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 9(2), 290-311.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2005). *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação dos dados sobre inovação*. 3. ed. Trad. Finep. São Paulo: Finep. Recuperado em 18 Março 2017 de http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/manual_de_oslo.pdf
- Pastoral da Criança. (2000). *Alimentação enriquecida alguns cuidados importantes*. Recuperado em 26 Julho 2017 de <https://www.pastoraldacrianca.org.br/noticias2/244-alimentacao-enriquecida-alguns-cuidados-importantes>
- Penrose, E. A. (2006). *Teoria do crescimento da firma*. Campinas: Editora Unicamp.
- Rodrigues, A. L. (2006). Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre non profit sector e economia social. In.: *ANAIS XXX Encontro Nacional da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração*. Salvador: 23-27 de setembro de 2006.
- Schumpeter, J. A. (1984). *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Solé, A. (2003). L'entreprise: une invention latine? *Anais do XI Colóquio Internacional sobre Poder Local*, Salvador, 2003.
- Solymossy, E., & Hisrich, R. D. (2000). Entrepreneurial dimensions: the relationship of individual, venture, and environmental factors to success. *Entrepreneurship: Theory & Practice*, 24(4).

- Teece, D., Pisano, G., & Shuen, A. (1997). Dynamic capabilities and strategic management. *Strategic Management Journal*, 18(7), 537-556.
- Terjesen, S. (2017). *Social Entrepreneurship Amongst Women and Men in the United States Report*. Recuperado em 15 Julho 2017 de <http://www.american.edu/kogod/auaci/upload/SocialEntrepreneurshipWomenMenUS.pdf>
- Thanem, T. (2001). Processing the body: a comment on Cooper. *Ephemera – Critical Dialogues on Organization*, 1(4), 348-366.
- Tushman, M., & Anderson, P. (1986). Technological discontinuities and organizational environments. *Administrative Science Quarterly*, 31, 439-465.
- Weerawardena, J., & Mort, G. S. (2006). Investigating social entrepreneurship: A multidimensional model. *Journal of World Business*, 41, 21-35.
- Zollo, M., & Winter, S. (2002). Deliberate learning and the evolution of dynamic capabilities. *Organization Science*, 13(3), 339-351.
- Zucatto, L. C., & Evangelista, M. L. S. (2008). A Emergência de inovações sociais como resultado do ambiente institucional: uma investigação sobre o selo combustível social. IN.: *ANAIS XXV Simpósio da Inovação Tecnológica*. Brasília, 22 a 24 de outubro de 2008.